

ANÁLISE DO PROCESSO TÉCNICO E DEMOCRÁTICO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL 2016, EM CASCAVEL – PR

OLIVEIRA, Cintia Maiara de.¹

RUSCHEL, Andressa Carolina.²

RESUMO

O presente trabalho trata da elaboração do novo Plano Diretor para o município de Cascavel – PR. O objetivo deste plano é garantir o desenvolvimento das funções econômicas, sociais e ambientais do município, criando um ambiente de inclusão para todos os cidadãos. Sua função é estabelecer as diretrizes e estratégias relacionadas a temas de realidade local, todavia, a efetividade dessas medidas depende da especificação nos outros instrumentos do conteúdo do plano diretor. Portanto, fica evidenciado que deve ser orientado a partir de um projeto de desenvolvimento municipal, pactuando com os setores da sociedade civil. O Estatuto da Cidade surgiu como projeto de Lei em 1989, mas somente foi sancionado em 2001 e considerado um instrumento básico da política urbana, pois compreende campo e cidade, englobando toda área municipal. Cabe ao Estatuto a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente, natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. Estabelece gestão democrática, garantindo a participação popular, por meio de audiências públicas, onde a população participa na tomada de decisões, com o intuito de encontrar melhores soluções, garantindo que os moradores tenham acesso aos serviços e melhorias que o poder público possa desenvolver. O Estatuto norteia as diretrizes e ações dos agentes responsáveis pelo âmbito local, visando à cidade como um todo. Cabe ao Município fazer cumprir as diretrizes da política urbana através do Plano Diretor. Atualmente esta sendo realizado no município a atualização do Plano, com a participação do Poder Público e da população.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Diretor, Cascavel, Estatuto da Cidade.

1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor é o instrumento que norteia o desenvolvimento municipal, dando diretrizes para seu crescimento e expansão. Com uma população predominantemente urbana, o Brasil necessita de leis que permeiem a sua expansão, embora o Plano Diretor forneça estratégias de crescimento também para zona rural.

Sancionado em 2001, o Estatuto da Cidade, torna obrigatória a elaboração e o cumprimento do Plano Diretor em municípios com mais de 20 mil habitantes. O qual é o caso de Cascavel no Paraná, que atualmente possui 286.205 mil habitantes, segundo o Portal do Município. Entretanto, a implementação do Plano Diretor no Município passa por desafios que precisam ser superados em um trabalho conjunto entre o poder público e a população cascavelense.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

¹Acadêmica do 8º período do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário FAG. E-mail: cintia_maiara_oliveira@hotmail.com

²Orientadora: Professora Arquiteta e Urbanista. Docente do Centro Universitário FAG. E-mail: ac.ruschel@hotmail.com



Deixando de ser, em pouco tempo, um país rural, para se tornar um país urbanizado, o Brasil passou por mudanças repentinas em suas cidades. Em apenas 50 anos a população urbana brasileira passou de 19 milhões para 138 milhões no ano 2000.

Maricato (2002, p. 16) afirma que “ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço”.

A fim de melhorar as condições de vida da população, foi criado em 2001 o Estatuto da Cidade, instrumento capaz de auxiliar no crescimento urbano. Oliveira (2001 p. 7) explica:

A lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – vem regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que conformam o capítulo relativo a Política Urbana.

O artigo 182 estabeleceu que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, definindo que o instrumento básico desta política é o Plano Diretor.

O artigo 183, por sua vez fixou que todo aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquira o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Este artigo abriu a possibilidade de regularização de extensas áreas de nossas cidades ocupadas por favelas, vilas, alagados ou invasões, bem como loteamentos clandestinos espalhados pelas periferias urbanas, transpondo estas formas de moradia para a cidade denominada forma.

Ainda no Estatuto da Cidade, “prevê-se, também, a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (OLIVEIRA, 2001, p.12)

Segundo Villaça (1999, p. 238), o plano diretor é aquele que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico, e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para cidade e para município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

2.1 HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO CASCAVELENSE

A ocupação efetiva da área onde se encontra o Município de Cascavel no estado do Paraná, iniciou-se no ano de 1910, pelos colonos caboclos e pelos descendentes de imigrantes eslavos. Era o ciclo da erva-mate, que em 1930 já estava extinto. A partir de então, iniciou-se o ciclo da madeira,

atraindo inúmeras famílias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, ainda, os colonos poloneses, alemães e italianos, formando a base para o início da cidade. Dessa forma em 1934 foi criado o distrito de Cascavel, pertencente ao município de Foz do Iguaçu. A emancipação de Cascavel ocorreu em 14 de dezembro de 1952, juntamente com Toledo. Em 1970, inicia-se a fase de industrialização da cidade, concomitantemente com o aumento da atividade agropecuária, que tinha como principais grãos a soja e o milho. A topografia privilegiada permitiu o desenvolvimento urbano do município, com a construção de ruas e avenidas largas e bairros bem distribuídos. A cidade de Cascavel hoje é conhecida como a Capital do Oeste Paranaense, já que é o polo econômico da região e também, um dos maiores municípios do estado do Paraná.

Segundo Dias, Feiber, Mukai e Dias, o processo de transferência da estrada que ligava a capital do estado à Foz do Iguaçu para o sul da área urbana, chamado de Avenida Brasil, foi o marco inicial para as futuras ações do planejamento municipal, que no momento foi identificado como urbanismo progressista, movimento considerado como solução apresentada para os problemas urbanos. O urbanismo progressista desencadeou a elaboração dos Planos Diretores, de Uso e Ocupação do Solo e as Leis Urbanísticas por todo território nacional. A partir daí, tornou-se necessário para que os municípios pleiteassem recursos de infraestrutura urbana, a elaboração do Plano Diretor.

Foi a partir de 1960 que se iniciou o parcelamento do solo, com 29 grandes loteamentos. Na década seguinte (1970) foram aprovados 119 loteamentos em áreas menores. Em 1980 os empreendimentos surgiram na periferia da cidade, para contemplar a população de baixa renda. Entretanto, alguns loteamentos ficaram irregulares, por falta de aprovação, assim, o Plano Diretor de 2001 teve instrumentos que facilitaram essa aprovação. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL, 2003).

O Plano Diretor com maior destaque em Cascavel foi o aprovado em 1996, já que seguia as mudanças no Estatuto da Cidade, que determina a participação popular na elaboração do plano. Foi este o PD utilizado para a revisão que aconteceu em 2006.

3. METODOLOGIA

Segundo Pizzani, Silva, Bello e Hayashi “entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que

chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo, de jornais, sites da Internet entre outras fontes. ”

Dessa forma, além da revisão ortográfica foi realizada uma análise da legislação vigente no município de Cascavel e o processo de elaboração do novo plano diretor.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O Estatuto da Cidade obriga que a cada dez anos o Plano Diretor sofra uma revisão. Sendo assim, como o PD vigente foi aprovado em 2006, neste ano (2016) esta sendo realizada a atualização do plano.

O processo atual de revisão do Plano Diretor, conta com uma atualização do plano vigente, já que várias ações nele contidas foram realizadas.

Para a Coleta de Dados duas equipes trabalham simultaneamente, a Equipe de Coordenação da Revisão do Plano Diretor (nominada pelo Decreto nº 12.854/2016), que conta com a equipe do Setor de Planos & Programas; e a Equipe Técnica Municipal (nominada pelo Decreto nº 12.828/2016), que conta com setores da Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretarias e Autarquias da Administração Municipal.

O processo de revisão do plano teve início em uma reunião do CONCIDADE, no dia 6 de abril de 2016 e na reunião do Conselho Comunitário no dia 14 de abril de 2016.

A participação da população acontece através de reuniões nos bairros e distritos. Foram no total 18 reuniões, comandadas pela Equipe de Coordenação do Processo de Revisão do Plano Diretor de Cascavel. Nestas reuniões foi feita uma contextualização sobre o que o Plano Diretor e a importância da participação social para a revisão do mesmo.

Também está sendo revisado pela Equipe de Coordenação as leis complementares ao Plano Diretor: Sistema Viário, Uso do Solo, Lei do Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Lei dos Instrumentos da Política Urbana, Código de Posturas, Código de Obras, PAI – Plano de Ação e Investimentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pouco tempo, o país teve um grande aumento populacional e, enquanto a população rural continuou a mesma, a população urbana cresceu exorbitantemente. Nesse ritmo cidades

surgiram, outras cresceram sem planejamento urbano, gerando precariedades como falta de saneamento básico e riscos ambientais. Assim tornou-se necessária a criação de políticas urbanas que norteassem esse crescimento.

O Estatuto da Cidade, sancionado em 2001, deu subsídio para o surgimento do Plano Diretor que, então, tornou-se obrigatório em município com mais de 20 mil habitantes, caso do município de Cascavel. Que sancionou seu último Plano Diretor Municipal no ano de 2006, o qual passa atualmente por revisões, já que, passando-se dez anos da aprovação do Plano Diretor vigente, é preciso a aprovação de um novo Plano.

REFERÊNCIAS

DIAS, C. S. FEIBER, F. N. MUKAI, H. DIAS, S. I. S. Cascavel: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em <

<http://www.senado.gov.br/senado/Programas/EstatutodaCidade/oquee.htm>>. Acessado em 02 de novembro de 2016.

MARICATO, E. Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, I. C. E. de. Estatuto da Cidade para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PIZZANI, L. SILVA, R. C. BELLO, S. F. HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. Campinas, 2012. Disponível em

http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/522/pdf_28. Acessado em 17 de novembro de 2015.

SEPLAN. Perfil do Município de Cascavel. Disponível em

<<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seplan/pagina.php?id=202>>. Acessado em 03 de novembro de 2016.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. Disponível em

<<http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/dilemas436f9e94d59fb.pdf>>. Acessado em 02 de novembro de 2016.